



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
8 de fevereiro
de 2022

Recurso para reparar erro judicial

DOUGLAS CUNHA

As vésperas de completar quatro anos do assassinato do músico Davi de Souza Bugarin de Mello, ocorrido às 19h20 do dia 15 de fevereiro de 2018, no interior de uma residência no Parque dos Nobres, em São Luís, onde foi abatido com um tiro supostamente desferido pelo tenente-coronel reformado da Polícia Militar do Maranhão, Walber Pestana da Silva, o caso volta à tona com um recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, encaminhado pelo advogados da família da vítima, buscando a anulação da sentença proferida pela 4ª Vara do Tribunal do Júri, da capital, absolvendo o suspeito, sumariamente, por ausência de ilicitude e legítima defesa.

Na sua apelação, os advogados Sebastião Albuquerque Uchôa Neto e Glauber Coqueiro Pereira, munidos de parecer técnico elaborado pelo perito assistente Her-bert Teixeira Boscon Eloy, perito oficial criminal da Paraíba, com análises inerentes aos autos de investigação policial acerca do crime, em que aponta falhas nos laudos periciais da Polícia Técnica do Maranhão, com conclusões incompletas e imprecisas, indica falhas no processo inquisitório preliminar desenvolvido pela Polícia Judiciária, que induziram a erro os membros do **Ministério Público** que atuaram no Processo, bem como a própria autoridade judiciária, levando à absolvição sumária do investigado, em que pese manifestação do **Ministério Público**, que pugnou que fosse o suspeito submetido a julgamento em júri popular, pelo menos sem sede de alegações finais. Conforme os causídicos, todo processo de elaboração da peça informativa, foi marcado por erros e contradições, a partir da alteração do local do crime por familiares e pessoas ligadas ao investigado, que arrastou para fora do imóvel o cadáver da vítima, e jogou na calçada do seu imóvel como se fosse algo imprestável, antes de empreender fuga para escapar de uma possível prisão em flagrante.

Em seus argumentos os advogados Uchôa e Coqueiro apelam pela nulidade da decisão que absolveu sumariamente o tenente-coronel Walber Pestana ou que o acusado seja levado para a única e legítima autoridade para julgar os crimes contra a vida: o Tribunal do Júri.

O crime

Na noite do dia 15 de fevereiro de 2018, o músico foi morto a tiro pelo tenente-coronel reformado da Polícia

Militar do Maranhão, Walber Pestana da Silva em meio a um desentendimento com sua companheira Ingrid Rai-ane Silva, filha do oficial PM, com quem mantinha um relacionamento muito conturbado. Consta que o oficial reformado teria presenciado o músico Davi Bugarin agredindo física e verbalmente, sua filha Ingrid Raiane. E que ao interferir também fora agredido o que fez com que disparasse sua arma de fogo, atingindo a vítima com um tiro, culminando na sua morte. Ato contínuo, arrastando até à rua o cadáver de Davi Bugarin. A vítima chegou a ser levada ao Hospital Socorrão, mas, nada mais podia ser feito, visto que músico já estava morto quando seu corpo havia sido jogado na calçada da residência do citado oficial da reserva da Polícia Militar do Maranhão.

Walber Pestana fugiu para evitar ser preso em flagrante e no dia seguinte apresentou-se na Superintendência de Homicídio, onde prestou declarações apresentando sua versão, e foi liberado. A Polícia Judiciária procedeu a oitiva de várias pessoas apresentadas como testemunhas, mas que em nada contribuíram para a elucidação plena do crime, visto que não se encontravam na cena do homicídio, na hora da sua perpetração. A peça informativa foi enviada ao Judiciário e distribuída para a 4ª Vara do Tribunal do Júri, onde teve andamento o processo e, apesar do **Ministério Público** ter pugnado pela pronúncia do indiciado a júri, foi absolvido sumariamente por ausência de ilicitude e legítima defesa.

O mais grave, segundo os entendimentos dos advogados acima habilitados nos autos como assistentes de acusação depois da sentença exarada, foram os fatos de grandes relevâncias não atentados pelo magistrado do primeiro grau, pois consta no corpo da sentença que a vítima teria utilizado de uma arma branca e se dirigido à pessoa do acusado, contudo, sequer tal arma fora recolhida, apreendida e periciada pelas autoridades policial e pericial, quando no exame de local de crime, assim como, a chegada do laudo pericial no aparelho celular da vítima, somente quando processo criminal subiu para a segunda instância diante do citado recurso de apelação, dentre outros graves equívocos elencados pelos mencionados causídicos em sua peça recursal.

Hoje, a família, amigos e colegas, tem muita esperança que o Tribunal de Justiça reforme a decisão do juízo da 4ª Vara do Júri da Capital, como forma de pelo menos evitar uma grande injustiça sofrida por quem não tem mais condições de se defender, haja

vista a morte e sonho precoces ocorridos pelo nefasto
acontecido, o jovem Davi de Souza Bugarin.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2022/oimparcial-35398.001.orig.pdf>

Programa TransformAgora é realizado em Imperatriz

A cidade de Imperatriz recebeu a terceira edição do programa TransformAgora. A ação institucional do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do **Maranhão** (Sebrae- MA), em parceria com o **Ministério Público do Maranhão (MPMA)**, Tribunal de Contas do Estado do **Maranhão (TCE-MA)**, Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Energia (Seinc), busca discutir a importância da ética e integridade no meio empresarial. A atividade foi realizada no mezanino superior do Centro de Convenções do município.

A programação foi iniciada com a palestra "Corrupção: o concorrente desleal do mercado.

Proteja sua empresa e conquiste melhores oportunidades". Em seguida, aconteceu um ciclo de painéis e debates com agentes públicos e privados sobre a manutenção de um ambiente favorável ao Compliance.

Entre os destaques está a importância da implementação da cultura dos controles internos nas gestões empresariais e públicas como fator gerador de riqueza ao município, de forma que os entes envolvidos estejam aptos a atuarem nesse sentido.

O **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, coordenador do projeto "Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção" no **MPMA**, ressaltou a importância de que a ética e a integridade sejam valores importantes para empresas e para o mercado. "Sabemos que 5% do PIB mundial vai para a corrupção e todos nós reclamamos disso. Então, é algo que precisa começar por nós mesmos, das empresas enxergarem essa necessidade".

O assessor especial do procurador-geral de justiça do **MPMA** também enfatizou que a atuação do **Ministério Público do Maranhão** tem deixado de ser apenas posterior aos fatos, com foco na punição, apostando em uma atuação preventiva em relação aos atos de corrupção.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a atuação proativa na prevenção da corrupção é um incentivo para o desenvolvimento do **Maranhão**. Como exemplo de ação de transparência na gestão pública, ele citou a transmissão ao vivo dos processos

licitatórios do **Ministério Público** maranhense. "Transparência não é só pedir. É também fazer. O **Maranhão** precisa crescer e esse esforço inicia com posturas que previnam e afastem a corrupção. Fazer isso é estar ao lado do povo e é por isso que o **Ministério Público** está aqui: porque é o parceiro do povo para a boa aplicação do dinheiro público", afirmou.

Também estiveram presentes à programação em Imperatriz o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves; a coordenadora do Centro de Apoio Administrativo de **Defesa do Patrimônio Público** e da **Proibidade Administrativa (CAOp-ProAd)**, Nahyma Ribeiro Abas; e os promotores de justiça Newton de Barros Bello Neto (3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica) e Raquel Chaves Duarte Sales (3ª Promotoria de Justiça Criminal/**Gaeco** de Imperatriz) TARDE

No período da tarde serão realizadas visitas técnicas em órgãos e empresas de Imperatriz.

O objetivo da proposta é promover momentos de diálogo com empresas e instituições, abordando as temáticas do empreendedorismo, integridade, compras públicas e setores produtivos.

O público-alvo dessas visitas são empresários, entidades representativas como sindicatos, secretarias municipais, promotorias, incluindo autoridades e representantes de órgãos nos municípios e imprensa.

Além de Imperatriz, que inicia a rodada do TransformAgora, outras seis cidades do estado receberão a programação durante o mês de fevereiro. São os municípios de Açailândia (08), Balsas (10), Bacabal (15), Pinheiro (17), São Luís (18) e Timon. (CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/verpdf/T4EJ9Gq=EpT78zL3LwmMFqXWNLn66jnNPtcC0eo>

Acordo define funcionamento de casas de eventos em Imperatriz

Funcionamento das casas de eventos e templos religiosos durante a pandemia em Imperatriz foi definido em acordo firmado em audiência virtual de conciliação realizada na 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz. Novo decreto municipal deverá ser publicado, contendo as medidas de restrição acordadas na Justiça.

Na audiência, a juíza Ana Bezerra Sodré prop  o estabelecimento de um limite razoável e acordado entre as partes, levando em conta o percentual da popula o imperatrizense que já está vacinada. Ao final de três rodadas de negocia o, foi firmado acordo entre o **Ministério Público** e o Município de Imperatriz quanto às medidas de restri o.

MEDIDAS DE PREVEN O - Conforme o acordo firmado entre as partes, um novo decreto municipal com vigência imediata e validade até 07/03/2022, estabelecer  o limite máximo de 700 pessoas em qualquer evento em ambientes fechados, com comprova o de vacina o em duas doses, além da obrigatoriedade do uso de máscaras e álcool em gel disponível nos ambientes.

Em eventos que ocorram em ambientes abertos com lota o a partir de 300 pessoas presentes será exigido o comprovante de vacina o em duas doses. A medida também vale para os eventos religiosos que ocorram em ambientes fechados com lota o a partir de 300 pessoas e até 700 pessoas.

Participaram da audiência o **promotor de Justiça** Thiago Costa Pires, do representante do Instituto Consumir, L cio Cardoso de Almeida; da procuradora Regina Nobre Lopes, da Secretaria de Governo; do Procurador do Município de Imperatriz, Márcio Barros Dias; do secretário de governo, Eduardo Soares, representando ao prefeito Assis Ramos e o procurador do Estado, Adriano Cavalcanti. A reunião também contou com a presença dos empresários Josifran Alves de Sousa e Phelippe Duarte Santos (Choperia n  1) e Alex Aroucha Junior, (Grupo "Crush").

AVANÇO DA COVID - Durante a audiência, foram apresentados os dados atualizados do avanço da COVID- 19 no município de Imperatriz, por meio da amostragem de número de casos e compara o com meses anteriores, demonstrando um grande aumento do número de casos no primeiro mês de 2022 e a

preocup o com uma situa o de colapso no sistema de saúde.

A Secretaria de Governo informou ter havido uma diminui o drástica na quantidade de óbitos e contaminados por conta do avanço na imuniza o da popula o e que o município busca agora trabalhar com normas de restri o e não proibi o nos eventos.

Diante do entendimento entre as partes, a juíza homologou, por sentença, o acordo celebrado e determinou a guarda dos autos em secretaria até o dia 15.03.2022, para aguardar a manifesta o das partes.

Caso não haja qualquer manifesta o, o processo será arquivado.

Se houver manifesta o, os autos retornarão para aprecia o da juíza.

(Helena Barbosa/ Assessoria de Comunica o/ Corregedoria Geral da Justiça)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/verpdf/T4EJ9Gq=EpT78zL3LwmMFqXWNLn66jnNPtcC0eo>

Seis réus por linchamento no Maranhão em 2015 ainda não foram sequer a julgamento; outros três acabaram absolvidos

Luã Marinatto

Em meio à repercussão relativa à morte de Moïse Mugenyi Kabagambe, espancado brutalmente até a morte em um quiosque na Barra da Tijuca, a impunidade que reina no que diz respeito a um outro linchamento que causou comoção no país serve como alerta à sociedade e às autoridades sobre o caso do imigrante congolês. Em julho de 2015, em São Luís, capital do Maranhão, Cleidenilson Pereira da Silva, então com 29 anos, um homem negro como Moïse, chegou a ser amarrado a um poste enquanto era agredido por, segundo a Polícia Civil e o **Ministério Público**, pelo menos nove pessoas. Passados quase sete anos do episódio, seis réus ainda não foram sequer a julgamento, enquanto outros três acabaram absolvidos pelo Tribunal do Júri em dezembro de 2020.

Se o rapaz congolês, de 24 anos, teve pés e mãos amarrados, em uma cena filmada pelas câmeras de segurança do Quiosque Tropicália, uma foto de Cleidenilson atado ao poste, já sem vida, também virou símbolo da barbárie. Ele recebeu socos, chutes e até golpes com uma garrafa de vidro quebrada, que causaram os ferimentos fatais. Antes, ele havia tentado roubar um bar na companhia de um jovem de 17 anos, que também foi espancado e sobreviveu.

Os nove acusados foram enquadrados no crime de homicídio duplamente qualificado - por meio cruel e sem chance de defesa, além da tentativa de homicídio contra o adolescente. Em agosto de 2020, já mais de 5 anos após a morte de Cleidenilson, o juiz Gilberto de Moura Lima, da 2ª Vara do Tribunal do Júri, desmembrou o julgamento em dois, sob o pretexto de reduzir o número de presentes em virtude da pandemia da Covid-19.

Quatro meses depois, em dezembro, os três primeiros envolvidos no caso sentaram, enfim, no banco dos réus. Alex Ferreira Silva Sousa, Raimundo Nonato Silva e Felipe Dias Diniz acabaram absolvidos, já que os jurados entenderam que não havia provas de autoria suficientes contra o trio. O julgamento dos outros seis acusados estava, então, marcado para dois dias mais tarde.

Na data da audiência, porém, o advogado de um dos réus não compareceu ao Fórum, o que forçou um adiamento. Até novembro do ano passado, o julgamento de Elio Ribeiro Soares, Ismael de Jesus Pereira de Barros, Waldecir Almeida Figueiredo, Ivan Santos Figueiredo e Marcos Teixeira Ribeiro Soares aparecia no processo como previsto para o próximo dia 22, daqui a duas semanas, às 8h30. Em dezembro, a data foi retificada, passando para 22 de março, um mês mais tarde.

A denúncia do promotor Agamenon Batista de Almeida Júnior, aceita pela Justiça em junho de 2016, descreve qual teria sido a participação de cada um dos nove acusados no linchamento. Entre eles, estão o dono do bar que sofreria o assalto e o filho do comerciante, além de dois dos três clientes presentes no momento em que Cleidenilson, armado, anunciou o roubo.

O texto de dez páginas frisa que, impelidos por sentimento de vingança após a tentativa de assalto, os envolvidos agiram usurpando a função do Estado de julgar e de punir. Já Cleidenilson e o adolescente, para o promotor, passaram de de pretensos réus a vítimas da barbárie vingativa dos denunciados.

Até o dia em que foi morto, Cleidenilson Pereira da Silva jamais havia respondido na Justiça por qualquer delito, tampouco tinha passagens pela polícia. O adolescente que o acompanhava também não possuía, até então, nenhum tipo de anotação criminal.

No infográfico abaixo, veja como a denúncia do **Ministério Público** do Maranhão, aceita pela Justiça, havia detalhado a suposta participação de cada um dos nove acusados no crime.

Site: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/seis-reus-por-linchamento-no-maranhao-em-2015-ainda-nao-foram-sequer-julgamento-outros-tres-acabaram-absolvidos-25384902.html>

MP, SEBRAE, TCE e CGU realizam Programa TransformAgora, em Imperatriz

Nesta segunda-feira, 7, a cidade de Imperatriz recebeu a terceira edição do programa TransformAgora. A ação institucional do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do **Maranhão** (Sebrae-MA), em parceria com o **Ministério Público do Maranhão (MPMA)**, Tribunal de Contas do Estado do **Maranhão (TCE-MA)**, Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Energia (Seinc), busca discutir a importância da ética e integridade no meio empresarial. A atividade foi realizada no mezanino superior do Centro de Convenções do município.

A programação foi iniciada com a palestra "Corrupção: o concorrente desleal do mercado. Proteja sua empresa e conquiste melhores oportunidades". Em seguida, aconteceu um ciclo de painéis e debates com agentes públicos e privados sobre a manutenção de um ambiente favorável ao Compliance.

Entre os destaques está a importância da implementação da cultura dos controles internos nas gestões empresariais e públicas como fator gerador de riqueza ao município, de forma que os entes envolvidos estejam aptos a atuarem nesse sentido.

O **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, coordenador do projeto "Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção" no **MPMA**, ressaltou a importância de que a ética e a integridade sejam valores importantes para empresas e para o mercado. "Sabemos que 5% do PIB mundial vai para a corrupção e todos nós reclamamos disso. Então, é algo que precisa começar por nós mesmos, das empresas enxergarem essa necessidade".

O assessor especial do procurador-geral de justiça do **MPMA** também enfatizou que a atuação do **Ministério Público do Maranhão** tem deixado de ser apenas posterior aos fatos, com foco na punição, apostando em uma atuação preventiva em relação aos atos de corrupção.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a atuação proativa na prevenção da corrupção é um incentivo para o desenvolvimento do **Maranhão**. Como exemplo de ação de transparência na gestão pública, ele citou a transmissão ao vivo dos processos licitatórios do **Ministério Público** maranhense. "Transparência não é só pedir. É também fazer. O

Maranhão precisa crescer e esse esforço inicia com posturas que previnam e afastem a corrupção. Fazer isso é estar ao lado do povo e é por isso que o **Ministério Público** está aqui: porque é o parceiro do povo para a boa aplicação do dinheiro público", afirmou.

Também estiveram presentes à programação em Imperatriz o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves; a coordenadora do Centro de Apoio Administrativo de **Defesa do Patrimônio Público** e da **Probidade Administrativa (CAOp-ProAd)**, Nahyma Ribeiro Abas; e os promotores de justiça Newton de Barros Bello Neto (3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica) e Raquel Chaves Duarte Sales (3ª Promotoria de Justiça Criminal/**Gaeco** de Imperatriz)

TARDE

No período da tarde serão realizadas visitas técnicas em órgãos e empresas de Imperatriz. O objetivo da proposta é promover momentos de diálogo com empresas e instituições, abordando as temáticas do empreendedorismo, integridade, compras públicas e setores produtivos.

O público-alvo dessas visitas são empresários, entidades representativas como sindicatos, secretarias municipais, promotorias, incluindo autoridades e representantes de órgãos nos municípios e imprensa.

Além de Imperatriz, que inicia a rodada do TransformAgora, outras seis cidades do estado receberão a programação durante o mês de fevereiro. São os municípios de Açailândia (08), Balsas (10), Bacabal (15), Pinheiro (17), São Luís (18) e Timon.

Da Assessoria

Site: <http://www.amarcosnoticias.com.br/mp-sebrae-tce-e-cgu-realizam-programa-transformagora-em-imperatriz/>

CÂMARA DE CODÓ É INVESTIGADA POR LICITAÇÃO PARA REFORMA NO VALOR DE R\$ 235 MIL

Leandro de Sá

Menu

Foi publicada ontem (07/02) no Diário Eletrônico do **Ministério Público** do Maranhão, a portaria de instauração de Inquérito Civil (IC) para apurar possíveis irregularidades em dois processos licitatórios realizados pela Câmara Municipal de Codó/MA, ainda no ano de 2021.

O **MPMA** considerou a Notícia de Fato iniciada com a denúncia de não fornecimento/disponibilização dos editais dos Processos Licitatórios Tomada de Preços nº 08/2021 (manutenção preventiva e corretiva) e nº 09/2021 (construção de gabinete).

A equipe do site Diário Codoense apurou que a denúncia partiu de uma construtora localizada em Coroatá/MA, e que a empresa CENTRAL LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, de Caxias/MA, saiu vencedora em ambas as licitações, faturando quase R\$ 235 mil em contratos.

Por Diário Codoense com informações do **MPMA**

O seu endereço de e-mail não será publicado.
Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Email Youtube Instagram

Direitos Autorais © 2022 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Personalizado por: JOERI

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/camara-de-codo-e-investigada-por-licitacao-para-reforma-no-valor-de-r-235-mil/>

Operação conjunta tenta esclarecer e punir crimes contra as mulheres

Policiais civis de todo o país estão

mobilizados para apurar denúncias, instaurar inquéritos e cumprir mandados de

prisão contra pessoas acusadas de participação em crimes de violência contra

mulheres.

Deflagrada ontem (7), a ação integrada faz

parte da segunda edição da chamada Operação Resguardo, cuja primeira edição

ocorreu no primeiro trimestre de 2021. A iniciativa é coordenada pelo

Ministério da Justiça e **Segurança Pública** (MJSP) e conta com o apoio do

Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**.

"Essa operação demonstra o compromisso do

governo federal, em conjunto com as forças estaduais, em combater a violência

contra a mulher. É preciso que a sociedade se conscientize que esse crime é

inadmissível, denuncie e ajude as forças de segurança a prevenir e reprimir

novos casos de violência", disse o ministro da Justiça e **Segurança Pública**,

Anderson Torres, em nota.

As polícias civis dos estados e do Distrito

Federal atuarão sob a coordenação da Secretaria de Operações Integradas

(Seopi/MJSP), na busca de suspeitos de ameaças, tentativas de feminicídio,

lesão corporal, descumprimentos de medidas protetivas, estupro e importunação,

entre outros crimes.

De acordo com o Ministério da Justiça, 51.551

denúncias de crimes de violência contra a mulher foram apuradas durante a

primeira edição da Operação Resguardo. Quase 190 mil vítimas tiveram

atendimento, 1.431 solicitações de mandados de busca foram expedidos e mais de

10 mil pessoas acabaram presas.

Em março de 2021, quando apresentou os dados

preliminares da primeira edição da Resguardo, o então secretário nacional de

Operações Integradas, Jeferson Lisboa Gimenes, declarou que a intenção do

governo federal era tornar a iniciativa regular. "Queremos transformar ações de

enfrentamento à violência contra a mulher em ações rotineiras", afirmou o

ex-secretário, destacando que ações como essa fortalecem a atuação conjunta

entre o governo federal e os estados.

Serviço

Denúncias de violência contra a mulher podem

ser feitas, anonimamente, por meio do Disque 180 e de vários outros canais.

Qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona diariamente, 24 horas,

incluindo sábados, domingos e feriados. O serviço cadastra e encaminha os casos

aos órgãos competentes.

Em maio de 2020, a Agência Brasil reuniu

informações sobre algumas das principais iniciativas que visam facilitar o

acesso às formas de ajuda, que vão das delegacias estaduais especializadas, que

recebem denúncias presenciais, a aplicativos como o SOS Mulher, desenvolvido

para smartphones pelo **Ministério Público** do Amapá e pela prefeitura de Macapá,

e a plataforma de mesmo nome que o governo de São Paulo disponibiliza na

internet, e que conta com uma ferramenta que permite às vítimas de violência doméstica

pedir ajuda à polícia apenas apertando um botão do telefone celular.

Com informações do Ministério da Justiça

Fonte: Agência Brasil

Site:

<https://folhadecuxa.blogspot.com/2022/02/operacao-conjunta-tenta-esclarecer-e.html>

MPMA, tribunal de contas e representantes do SEBRAE participam de evento em Imperatriz

Célia Fontinele / Diulia Souza

Representantes do SEBRAE, **MPMA** e tribunal de contas participam de evento para discutir sobre a ética e integridade no meio empresarial, houve palestra sobre corrupção e diálogos para fortalecer pequenos negócios.

O evento teve a participação de empresários, gestores municipais e representantes de órgãos municipais participaram do evento que se chama "Transformadora" que é um evento do SEBRAE em parceria com **MPMA**, tribunal de contas do estado, controladoria geral da união e governo do estado do Maranhão, o espaço abre um debate sobre a importância da ética e integridade no meio empresarial.

Segundo Albertino Leal superintendente do SEBRAE fala que o objetivo do evento junto com **MPMA**, tribunal de contas e governo do estado é promover uma discussão sobre a questão da corrupção, pois, o SEBRAE incentiva às micro e pequenas empresas ou o empreendedor para se formalizar é muito importante que ele tenha um ambiente competitivo.

Tags: **MPMA**, SEBRAE, governo do estado do Maranhão, tribunal de contas, corrupção

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/08/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-06.05.09-06.08.25-1644313408.mp4>

Mais um juiz se declara suspeito e processo contra Nelma Sarney por desvio de verbas de cartório em Caxias continua sem Juízo

A ação de **Improbidade Administrativa** protocolada na 1Vara Cível de Caxias pelo **Ministério Público do Maranhão**, dia 19 de dezembro de 2020, acusando a desembargadora Nelma Sarney, dois magistrados, uma servidora do TJ/MA e outras 12 pessoas de participar de suposto esquema de desvios de recursos públicos do cartório de 1Ofício de Caxias, ainda continua sem juiz

Nesta quarta, dia 2, foi a vez do magistrado Antônio Manoel Araújo Velozo, titular da 3Vara Cível de Caxias, se declarar suspeito por questão de foro íntimo. Ele é o terceiro que se apega ao inciso 1do artigo 145 do Código de Processo Civil para não ter que explicar o que lhe impede de julgar o caso.

A decisão é automática, seja lá qual for o motivo de foro íntimo. O que nos chama a atenção, no entanto, é o tempo entre a designação para assumir a presidência do processo e a declaração de suspeição, já que o procedimento é simples, rápido e não depende de instância superior. Ainda mais quando a acusação do MP envolve uma desembargadora e dois magistrados e é bem fundamentada com mais de mil páginas de documentos anexados.

O que teria levado o juiz Antônio Velozo a só se declarar impedido de julgar o processo quase seis meses depois de sua designação pelo corregedor geral de Justiça Paulo Velten, assinada dia 22 de setembro do ano passado?

Seria apenas uma particularidade do magistrado, se o juiz que ele substituiu no comando da ação, Ailton Gutemberg Carvalho Lima, titular da 2Vara Cível, também não tivesse levado sete meses para tomar uma decisão que não precisa sequer fundamentar e não sofre qualquer tipo de questionamento.

Gutemberg Carvalho Lima assumiu o posto logo no início do trâmite processual, dia 20 de janeiro de 2021 e se declarou suspeito dia 6 de agosto, Ocupava a vaga deixada com a suspeição declarada dois dias antes pelo titular da 1Vara Cível de Caxias, Sidarta Gautama Farias **Maranhão**. O magistrado, batizado com nome em homenagem a Buda, não precisou de tempo para pensar e nem poderia.

LEIA MAIS

MP pede bloqueio de bens de Nelma, Sidarta e Oriana Gomes por fraudes envolvendo cartório em Caxias

Ação do MP contra Nelma Sarney por **desvio de recursos** públicos em cartório de Caxias continua sem juiz

Desembargadora é investigada por fazer ginástica para garantir cartório a ex-assessor

MP investiga suspeita de lavagem de dinheiro em cartórios distribuídos por Nelma Sarney

Conhecido pela serenidade com que pratica atos duvidosos, ele foi arrolado na acusação do MPE por contribuir com a montagem do esquema que teria desviado do cartório de 1Ofício de Caxias, entre 2014 e 2015, R\$ 1,7 milhão em valores da época.

Os juízes da 2e 3varas cíveis de Caxias levarem de seis e sete meses para se declarar impedidos de julgar um processo envolvendo uma desembargadora do Tribunal de Justiça do **Maranhão**, não significa algum temor com o futuro de suas próprias carreiras.

Aliás, se esse fosse o caso, a demora em tomar uma decisão, onde é suficiente apenas citar o art. 145, expõe muito mais do que protege o juiz da provável sanha vingativa de membros da alta corte da justiça maranhense. O longo tempo denota uma possível análise das situações comprometedoras presentes na acusação, o que dificultaria uma sentença despropositada favorável aos réus de toga, sem que também não livrasse as caras dos sem toga.

É evidente que a presença de um juiz (Sidarta Gautama) da mesma comarca de Caxias no rol dos acusados provoca algum constrangimento. Mas não seria motivo de impedimento, por estarem no mesmo grau de instância judicial. O problema, e aí não se pode acusá-los de medo, covardia, cumplicidade ou de contrariar o dever de suas funções, é um juiz de 1grau julgar um desembargador, o posto mais alto da carreira.

Site: <https://garrone.com.br/mais-um-juiz-se-declara-suspeito-e-processo-contranelma-sarney-por-desvio-de-verbas-de-cartorio-em-caxias-continua-sem-juizo/>

Leonardo Diniz é o novo secretário de segurança

TROCA DE COMANDO

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), anunciou, por meio do Twitter, no início da tarde desta segunda-feira (7), que o delegado Leonardo Diniz como novo secretário de **Segurança Pública** do Estado. O delegado Leonardo Diniz será nomeado como novo secretário de **Segurança Pública**. Agradeço ao delegado Jefferson Portela pelos serviços prestados. "O delegado Leonardo Diniz será nomeado como novo secretário de **Segurança Pública**. Agradeço ao delegado Jefferson Portela pelos serviços prestados", disse o governador.

Leonardo Diniz substitui o Jefferson Portela, que estava no cargo desde 2015. O ex-secretário deixou o cargo para concorrer nas eleições de outubro. Diniz era secretário-adjunto da Secretaria de Estado de **Segurança Pública** (SSP-MA).

Pré-candidato a deputado federal, o delegado de Polícia Civil, Jefferson Portela, entregou o cargo de Secretário de Estado na **Segurança Pública**, antecipadamente, e rompeu com Flávio Dino. Jefferson Portela decidiu apoiar a pré-candidatura de Werverton Rocha ao Governo do Estado, nas eleições de outubro. Decisão foi anunciada no último dia 3 de fevereiro, mas já era dada como certa desde o ano passado.

Portela poderia permanecer à frente da até dia 1º de abril, mas preferiu se antecipar, após a situação ficar insustentável dentro do grupo de Dino. Ele ficou no cargo por sete anos. Segundo fontes políticas, o governador Flávio Dino teria pedido a Portela que acompanhasse a decisão da maioria do grupo e declarasse apoio a Carlos Brandão, porém, o titular da SSP-MA, decidiu ficar ao lado do senador Werverton Rocha.

De volta à ALEMA - Quem também entregou o cargo foi o deputado estadual Márcio Honaiser, que era titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes). Ele havia protocolado seu pedido de exoneração do cargo de secretário no último 27 de janeiro. Com o ato, ele retornou para Assembleia Legislativa do Maranhão.

Márcio Honaiser assumiu a Sedes, em 2019 e implantou políticas públicas entregas de Restaurantes

Populares, implantação do Banco de Alimentos, Vale Gás para 120 Mil famílias em todo o Maranhão, novas modalidades no Programa Mais Renda como Costuraria e Confeitaria, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Vale Gás para famílias com renda zero e Auxílio Cuidar para crianças e adolescentes órgão de pais vítimas da covid, estão entre as ações desenvolvidas.

O secretário Márcio Honaiser, pontua que essas ações visam a melhoria na qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, principalmente neste período de pandemia. "Nossa satisfação é ver que uma família consegue fazer uma alimentação saudável diariamente, graças a implantação de um restaurante popular. Que uma família consegue ter acesso as políticas públicas através do Cras e do Creas de sua cidade. Que um pai ou uma mãe de família consegue ter um equipamento profissional para tirar o sustento da sua família. São pequenas ações que fazem a diferença na vida dessas pessoas", declarou o secretário.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2022/oimparcial-35398.001.orig.pdf>

Leonardo Diniz Substitui Jefferson Portela No Comando Da Secretaria De Segurança

O governador Flávio Dino confirmou, nessa segunda-feira (7), a nomeação do Dr. Leonardo Diniz como novo secretário de Estado de **Segurança Pública**. Leonardo foi delegado geral da Polícia Civil, ainda na gestão de Flávio Dino, onde passou três anos; e estava, até então, como subsecretário de **Segurança Pública**, desde 2020. Em seguimento às ações da pasta, Diniz reafirmou o compromisso de garantir **segurança pública** ao povo maranhense. Nos últimos anos, a SSP/MA teve como foco a expansão e interiorização das atividades de segurança por meio da abertura de novas unidades do interior do Estado, sendo esta umas das ações que o novo secretário pretende dar continuidade.

PÁG.3

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/issue-a0b286be4319741767e21c8c2216fa77.pdf

Governador confirma o ex-delegado geral, Leonardo Diniz, como novo Secretário de Segurança Pública

O governador Flávio Dino confirmou, nessa segunda-feira (7), a nomeação do Dr. Leonardo Diniz como novo secretário de Estado de **Segurança Pública**. Leonardo foi delegado-geral da Polícia Civil, ainda na gestão de Flávio Dino, onde passou três anos; e estava, até então, como subsecretário de **Segurança Pública**, desde 2020.

Em seguimento às ações da pasta, Diniz reafirmou o compromisso de garantir **segurança pública** ao povo maranhense.

"O governador nos convidou a assumir a Secretaria de **Segurança Pública**, com o compromisso de sempre, ou seja, o melhor para o povo do Maranhão. Trazendo o trabalho policial para as ruas, levando à sociedade o que fazemos de melhor, que é o policiamento e a **segurança pública**. O objetivo é esse: trabalhar cada vez mais e ter os resultados que tanto almejamos", disse o novo secretário.

"Continuaremos com a entrega de equipamentos para os nossos policiais, principalmente viaturas, motos, e o aumento no número de operações tanto aqui em São Luís, como nas demais cidades", pontuou Leonardo Diniz.

Nos últimos anos, a SSP/MA teve como foco a expansão e interiorização das atividades de segurança por meio da abertura de novas unidades do interior do Estado, sendo esta umas das ações que o novo secretário pretende dar continuidade.

"Vamos manter o que já está sendo feito, relacionado a isso, à criação de unidades no interior do Maranhão, levar a polícia especializada ao interior do Maranhão, conforme o planejamento que havia sido feito anteriormente pelo nosso governador", concluiu.

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/issue-a0b286be4319741767e21c8c2216fa77.pdf

Flávio Dino anuncia delegado Leonardo Diniz na SSP-MA

O delegado Leonardo Diniz é o novo titular da Secretaria Estadual de **Segurança Pública** (SSPMA). O anúncio foi feito pelo governador Flávio Dino (PSB) na tarde desta segunda-feira (7) por meio de suas redes sociais. O agora secretário, terá 10 meses para tentar mudar os números negativos na **segurança pública** do Maranhão.

Diniz assume o comando da secretária no lugar de Jefferson Portela, que na semana passada anunciou sua saída do governo em virtude do seu apoio a Weverton Rocha (PDT), adversário direto do vice-governador Carlos Brandão (PSDB) na corrida ao Palácio dos Leões.

O mais novo titular da SSP já atuava na cúpula da **segurança pública** do estado como subsecretário. Jefferson Portela deve disputar uma vaga na Câmara Federal nas eleições de outubro deste ano.

Site: <https://g7ma.com/flavio-dino-anuncia-delegado-leonardo-diniz-na-ssp-ma/>

MP, SEBRAE, TCE e CGU realizam Programa TransformAgora, em Imperatriz

Nesta segunda-feira, 7, a cidade de Imperatriz recebeu a terceira edição do programa TransformAgora. A ação institucional do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do **Maranhão** (Sebrae-MA), em parceria com o **Ministério Público do Maranhão (MPMA)**, Tribunal de Contas do Estado do **Maranhão (TCE-MA)**, Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Energia (Seinc), busca discutir a importância da ética e integridade no meio empresarial. A atividade foi realizada no mezanino superior do Centro de Convenções do município.

A programação foi iniciada com a palestra "Corrupção: o concorrente desleal do mercado. Proteja sua empresa e conquiste melhores oportunidades". Em seguida, aconteceu um ciclo de painéis e debates com agentes públicos e privados sobre a manutenção de um ambiente favorável ao Compliance.

Entre os destaques está a importância da implementação da cultura dos controles internos nas gestões empresariais e públicas como fator gerador de riqueza ao município, de forma que os entes envolvidos estejam aptos a atuarem nesse sentido.

O **promotor de justiça** Marco Aurélio Batista Barros, coordenador do projeto "Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção" no **MPMA**, ressaltou a importância de que a ética e a integridade sejam valores importantes para empresas e para o mercado. "Sabemos que 5% do PIB mundial vai para a corrupção e todos nós reclamamos disso. Então, é algo que precisa começar por nós mesmos, das empresas enxergarem essa necessidade".

O assessor especial do procurador-geral de justiça do **MPMA** também enfatizou que a atuação do **Ministério Público do Maranhão** tem deixado de ser apenas posterior aos fatos, com foco na punição, apostando em uma atuação preventiva em relação aos atos de corrupção.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a atuação proativa na prevenção da corrupção é um incentivo para o desenvolvimento do **Maranhão**. Como exemplo de ação de transparência na gestão pública, ele citou a transmissão ao vivo dos processos licitatórios do **Ministério Público** maranhense. "Transparência não é só pedir. É também fazer. O

Maranhão precisa crescer e esse esforço inicia com posturas que previnam e afastem a corrupção. Fazer isso é estar ao lado do povo e é por isso que o **Ministério Público** está aqui: porque é o parceiro do povo para a boa aplicação do dinheiro público", afirmou.

Também estiveram presentes à programação em Imperatriz o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves; a coordenadora do Centro de Apoio Administrativo de **Defesa do Patrimônio Público** e da **Probidade Administrativa (CAOp-ProAd)**, Nahyma Ribeiro Abas; e os promotores de justiça Newton de Barros Bello Neto (3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica) e Raquel Chaves Duarte Sales (3ª Promotoria de Justiça Criminal/**Gaeco** de Imperatriz)

TARDE

No período da tarde serão realizadas visitas técnicas em órgãos e empresas de Imperatriz. O objetivo da proposta é promover momentos de diálogo com empresas e instituições, abordando as temáticas do empreendedorismo, integridade, compras públicas e setores produtivos.

O público-alvo dessas visitas são empresários, entidades representativas como sindicatos, secretarias municipais, promotorias, incluindo autoridades e representantes de órgãos nos municípios e imprensa.

Além de Imperatriz, que inicia a rodada do TransformAgora, outras seis cidades do estado receberão a programação durante o mês de fevereiro. São os municípios de Açailândia (08), Balsas (10), Bacabal (15), Pinheiro (17), São Luís (18) e Timon.

Da Assessoria

Site: <http://www.amarcosnoticias.com.br/mp-sebrae-tce-e-cgu-realizam-programa-transformagora-em-imperatriz/>

MPMA, tribunal de contas e representantes do SEBRAE participam de evento em Imperatriz

Célia Fontinele / Diulia Souza

Representantes do SEBRAE, **MPMA** e tribunal de contas participam de evento para discutir sobre a ética e integridade no meio empresarial, houve palestra sobre corrupção e diálogos para fortalecer pequenos negócios.

O evento teve a participação de empresários, gestores municipais e representantes de órgãos municipais participaram do evento que se chama "Transformadora" que é um evento do SEBRAE em parceria com **MPMA**, tribunal de contas do estado, controladoria geral da união e governo do estado do Maranhão, o espaço abre um debate sobre a importância da ética e integridade no meio empresarial.

Segundo Albertino Leal superintendente do SEBRAE fala que o objetivo do evento junto com **MPMA**, tribunal de contas e governo do estado é promover uma discussão sobre a questão da corrupção, pois, o SEBRAE incentiva às micro e pequenas empresas ou o empreendedor para se formalizar é muito importante que ele tenha um ambiente competitivo.

Tags: **MPMA**, SEBRAE, governo do estado do Maranhão, tribunal de contas, corrupção

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/08/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-06.05.09-06.08.25-1644313408.mp4>